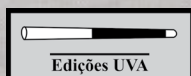


Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

Nossa Gente, Nossa História

O Ceará Republicano



Carlos Augusto Pereira dos Santos
Organizador

*Nossa Gente,
Nossa História*
O Ceará Republicano

Sobral-CE
2019



Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

Conselho Editorial

Adriana Brandão Nascimento Machado
Carlos Augusto P. dos Santos
Isorlanda Caracristi
Nilson Almino de Freitas
Regina Celi Fonseca Raick
Telma Bessa Sales
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Foto da capa

Passeio público, Fortaleza, 1919

Catálogo na publicação

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Claudia Goulart de Abreu
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Renata Albuquerque Lima
Simone Ferreira Diniz
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

N785 Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019. 294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8
ISBN: 978-85-9539-035-5
DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.
I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

Maria Malena Paiva Mesquita

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

Francisca Clédia Sousa de Oliveira

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

Letícia Rodrigues Gonçalves

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

Caubi Alves Braga

Naiane Nobre Martins

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

Pedro de Souza Filomeno Filho

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

Raimundo Nonato Fernandes

Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

Adelina Lopes Guimarães

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreauá-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

Sebastião Ferreira Carneiro

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

Paulo Ênio de Sousa Melo

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

João Henrique Brito Lima

12. A Educação na República / 145

Natanael Lopes Alves

Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

Vinícius Pereira de Sousa

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

Alan Silva de Moraes

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

Antonio Tarciano Aragão Sousa

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

Maria Deiziane Lino

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groaíense / 205

Raimundo Sousa Alves

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

Cleane dos Santos de Medeiros

Nilson Almino de Freitas

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

Francisco Sávio Barbosa do Nascimento

Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

Odail José Martins Freire

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

Valério Samaromni Moraes de Queiroz

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

Maely Alves de Mesquita

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História. À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíramos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos especialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore¹, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

¹ *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)

Camocim, outubro de 2018.

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena

Paulo Ênio de Sousa Melo¹

Introdução

O presente texto procura trazer algumas questões referentes ao ensino de história, em especial as que têm especial relação com a Lei 11.645 de 10 de março de 2008, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas públicas e privadas do Brasil, nas modalidades de ensino fundamental e médio. O texto apresenta novas abordagens historiográficas dos últimos 30 anos sobre o reconhecimento da história e cultura indígena para a educação básica e na história do Brasil. O intuito é reconhecer os indígenas como protagonistas na história, e não somente a transmissão de imagens idílicas simplistas que reconheciam os indígenas presos a um passado distante a mercê do colonizador.

119

Nessa perspectiva, apresentamos que se desconheciam os processos históricos vivenciados por estes povos na história nacional. E, também, muitas vezes, não se compreendia a cultura como um processo em construção, assimilações e reelaborações, não sendo fixa. Para tanto, apresentamos um pequeno estudo de caso na escola de ensino fundamental Prefeito Walter Marinho, de Hidrolândia, Ceará, para entendermos como os alunos estão compreendendo sobre os povos indígenas na história da República brasileira. Portanto, para os dados analisados dispomos de uma amostra de 23 alunos, para expor metodologicamente como os povos indígenas são apresentados no ensino, no livro didático, e se as abordagens elencadas apontam para o protagonismo indígena na história.

Hoje, muito se discute sobre os conteúdos dos livros didáticos. Pesquisas recentes têm demonstrado que é preciso repensar o ensino de história, tanto em reformulações de práticas pedagógicas, quanto às ideologias presentes

¹ Graduando do Curso Superior de Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: pnsousa_100@hotmail.com.

nos conteúdos, até mesmo a falta de atualização dos conteúdos presentes em forma factual que divergem das que são apresentadas na academia. Desta forma, não se tem uma sincronia quando é transmitido pelos meios didáticos².

Não só os pesquisadores de ensino de história têm demonstrado tais preocupações com as formas de transmissão dos conteúdos e didática para a educação básica, mas também profissionais de outras áreas curriculares têm apresentado sugestões para melhorar o ensino das disciplinas escolares.

As pesquisas desenvolvidas nas faculdades por todo o país têm apresentado novas possibilidades para a atualização e novas formas de utilização dos conteúdos didáticos que perpassam pela autonomia do professor. Por fim, no século XXI, diversos pesquisadores têm desenvolvido novas pesquisas voltadas para a inclusão dos agentes históricos antes invisibilizados pela historiografia tradicional. Portanto, os estudos concernentes à inclusão estão logrando novas questões por um viés interdisciplinar a educação.

120 | Nessa concepção, para o ensino da história e cultura dos povos indígenas, ao longo dos últimos 30 anos têm se desenvolvido novas abordagens historiográficas que mostram o protagonismo indígena. Uma das possibilidades para novas práticas pedagógicas para o ensino de história indígena é a formação continuada do professor regente da disciplina de História, que deve incorporar questões relativas à temática indígena numa perspectiva histórica. As novas análises das relações sociais indígenas que apontam para o protagonismo têm feito uma estreita relação entre a história e antropologia para uma análise crítica dos relatos produzidos pelo homem branco sobre os indígenas, compreendendo associações e negociações.

Partindo dessa perspectiva, a análise das relações sociais e políticas, deste viés historiográfico, passarão a identificar os povos indígenas como protagonistas dentro de vários temas da História de norte a sul do país e, por que não, ao longo da Colônia, Império e República do Brasil? Portanto, com novas posturas serão apontadas a inclusão de variadas formas e ações interpretativas das vivências dos povos autóctones em contato com o homem branco, reconhecendo-os como agentes formadores do Estado Nacional.

Partindo destas questões, apresentamos o ensino da História indígena em Hidrolândia, “situada geograficamente no sertão cearense, a cidade Hidrolândia fica a 250 quilômetros da capital Fortaleza, a mesma faz divisa ao norte com a cidade de Varjota, ao sul limita-se com Tamboril e Nova Russas, ao Leste com a cidade de Santa Quitéria e ao Oeste com a cidade de Ipu e

² FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, jan.-jun. 2008

Ipueiras.”³, na Escola Prefeito Walter Marinho, em especial, no 8º ano do Ensino Fundamental II, no componente curricular História. Ambas as premissas vão ao encontro dos objetivos deste trabalho.

Dessa forma, levantaremos questões relativas ao ensino da história e cultura indígenas propostas pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Analisaremos também o papel da ação do professor regente da escola de Ensino fundamental e a percepção que os alunos têm sobre a participação dos indígenas na História do Brasil. Em outras palavras, manifestar suas opiniões sobre: quem são eles (os indígenas)? Onde estão?

O texto encontra-se organizado em tópicos para uma melhor compreensão, onde se pretende analisar o ensino de história e cultura indígena em uma das escolas de ensino fundamental de Hidrolândia. Não pretendemos fechar questões sobre o assunto, mas abrir novas possibilidades para o debate.

Para o primeiro tópico, “o ensino de história e cultura indígena na educação básica”, faremos uma breve apresentação das novas posturas historiográficas sobre temática indígena e para o ensino da história e cultura indígena para educação básica no século XXI. Logo, trataremos da importância da Lei 11.645 de 2008 para a educação brasileira e novos estudos que têm demonstrado a importância do reconhecimento dos povos indígenas enquanto formadores do Estado Nacional.

|121

Por conseguinte, no segundo tópico, “Os indígenas na República brasileira”, apresentaremos as políticas voltadas ao reconhecimento e participação dos povos indígenas na república brasileira de uma forma geral. Para esta questão faremos um breve apontamento das relações intrínsecas às políticas indigenistas e a temática tratada pela Constituição Federal de 1988.

Por fim, no terceiro tópico, “Qual a imagem dos povos indígenas em instituições de ensino básico?”, acrescentamos ao assunto, referente à aplicabilidade da Lei 1.645 de 10 de março de 2008, uma amostra de 23 alunos de 8º ano do Ensino Fundamental, mostrando se eles estão tendo uma nova postura diante do ensino e se estão apresentando os povos indígenas enquanto protagonistas da história do Brasil.

O Ensino de História e Cultura Indígena na Educação Básica

As novas propostas para o ensino de história têm levado em consideração o cotidiano dos alunos e o contexto social em que estão inseridos⁴. Desta

³ BEZERRA, José Genário Mesquita. Vida e sobrevivência nas margens do Araras: (Décadas 1960 e 1970). In: GOMES, Paulo Júnior (org.). *Hidrolândia Ceará: Olhares sobre a história de um povo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 278.

⁴ GUIMARÃES, Selva Fonseca. *Didática e prática do ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

forma, convém se desenvolver no cotidiano escolar métodos que abriguem as novas propostas pedagógicas para o ensino de História, que compreenda os múltiplos agentes históricos, em especial, os povos indígenas na História do Brasil.

Há muito tempo, desde o período de colonização, tem se apresentado uma imagem idílica e esporádica sobre os povos indígenas na História do Brasil. Os indígenas eram aqueles que estavam destinados a serem incorporados à sociedade colonial, imperial e republicana ou a invisibilidade na História. E, entre outras questões, “habitavam” no Brasil em grandes florestas do país. Em meio a tais questões, existia uma grande dificuldade de apresentar os povos indígenas como protagonistas, como proposto pelas novas pesquisas que têm demonstrado a participação dos povos indígenas ao longo da História do Brasil.

O problema que apresentamos, em outras palavras, tinha destinado um lugar muito específico aos povos indígenas na história, o passado. Nessas perspectivas, o Estado Nacional não era visto como formado pelos nativos. E, sob esse ponto de vista, eram negados aos diversos processos históricos que os povos indígenas estiveram por muito tempo imersos neles, que aos poucos foi se instituindo uma ideia sobre o ser índio.

122 |

A escrita que vinha se desenvolvendo e o ensino de história sobre os povos indígenas em todo o país tinham destinado às populações indígenas o passado longínquo. O homem branco, do ponto de vista da historiografia do período do início da República no Brasil, tinha destinado os portugueses como os que tomavam todas as decisões. E, por conseguinte, os povos indígenas estariam a mercê daqueles que vieram “colonizar” o Brasil⁵, e que, futuramente, seriam integrados e sumiriam junto a civilização.

A partir da década de 1990, com as produções da historiadora e antropóloga luso-brasileira, Manuela Carneiro da Cunha⁶, e com os mesmos propósitos, de John Manuel Monteiro⁷, lograram uma nova postura para se compreender a história de contato entre portugueses e indígenas de outra forma interpretativa. Ambos os pesquisadores apontam que a relação estabelecida com o português não pode ser entendida apenas pelo viés ideológico do colonizador. E, por fim, com a antropologia histórica, proposta por João Pa-

⁵ Para ver um modelo de como as etnias constitutivas da recém-fundada nação brasileira deveriam aparecer na história, confira a tese de Von Martius. “Como se deve escrever a história do Brasil”, trabalho vencedor de um concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20137096?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 out. 2018.

⁶ CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

⁷ MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

checo de Oliveira, tem apresentado novas perspectivas para a escrita e entendimento das relações estabelecidas pelos indígenas com os não indígenas.

Nesta mesma perspectiva, Luisa Tombini nos mostra que:

“Todavia, essa relação entre sujeitos diferentes não deve ser pensada com um choque entre blocos imutáveis, em que os ditos vencidos aparecem como resistentes culturais, sobreviventes descaracterizados à espera do desaparecimento ou já vítimas do extermínio. [...] Podemos recontá-la reconstruindo conflitos, diálogos, tensões e negociações. Uma história na qual são protagonistas percorrem caminhos que eles mesmos construíram⁸.”

Como dissemos, atualmente no Brasil essa postura tem se renovado com antropologia histórica, proposta por João Pacheco de Oliveira⁹. Desta forma, é possível atualizar os termos empregados aos indígenas, não relegando somente ao passado, como também uma atualização da história local e nacional referente aos povos indígenas mencionando-os como protagonistas das relações estabelecidas com os não indígenas.

As novas propostas partem de uma análise dos processos históricos vivenciados pelos povos indígenas numa perspectiva histórica. Entre outros termos, é necessário compreender criticamente as fontes produzidas pelo homem branco, e, por meio de uma análise histórica antropológica, tentar se escrever uma história de um ponto de vista em que os povos indígenas sejam os precursores de suas relações. E, além do mais, compreender a cultura e identidade como um processo flexível e dinâmico, passível de transformações ao longo do tempo. Dito de outra forma, a cultura e identidade passam por construções socioculturais e que também são históricas¹⁰. | 123

Dentro destas ponderações historiográficas, toda a nova produção acadêmica sobre a história dos povos indígenas passou a questionar a participação destes povos na história em todo o país. E, além disso, trouxe novas questões para superar a historiografia desenvolvida ao longo do século XIX.

Com os novos números estatísticos do IBGE do último Censo de 2010, fez cair por terra a ideia de desaparecimento dos povos indígenas do mapa.

⁸ WITTMANN, Luisa Tombini. *Ensino (d) e História indígena*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção prática docentes).

⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades* / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.384 p.: il. color.

¹⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

conheceu que todos os povos têm história e, de alguma forma, contribuíram e fazem sua própria história¹³.

E, como fruto do reflexo das políticas nacionais e internacionais, a Lei 11.645 de 2008 tornou obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas e atualizou a Lei 10.639 de 2003, que traz o ensino de história e cultura afro-brasileira. A atualização e o reconhecimento da cultura indígena na história do Brasil se apresentam conforme o texto da lei abaixo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2. Os conteúdos referentes à história e cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras¹⁴.

| 125

Portanto, ainda estamos por construir uma educação onde se ensine uma postura crítica em relação aos povos indígenas na História. Conforme Giovanni José da Silva¹⁵, os professores da educação básica têm que se mobilizar em diversos conteúdos das disciplinas escolares para reconhecimento da história e cultura indígena.

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008, como fruto de um bojo de políticas internas e externas, trouxe para o ensino de história um novo sentido para se conhecer a riqueza de cultura e múltiplos povos existentes na história do Brasil. As leis 10.639 e 11.645 perfazem uma atualização significativa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996 para um país tão plural como o Brasil.

Sobre a produção historiográfica, Santos afirma que “ao longo dos últimos 30 anos, a História Indígena logrou conquistar seu espaço na historio-

¹³ SILVA, Maria da Penha da. *A temática indígena nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo das práticas curriculares docentes em Pesqueira* - PE. 2015.311.f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

¹⁴ BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. História Indígena e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília - DF, 2008.

¹⁵ SILVA, Giovanni José da Silva; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018 (Coleção Práticas Docentes).

grafia, ainda que o status acadêmico esteja condicionado às iniciativas locais¹⁶. Nesse sentido, as produções acadêmicas estão revendo as produções historiográficas, portanto, atualizando os conteúdos direcionados à educação básica em conformidade com a Lei 11.645 de 2008, buscando rever os conceitos fixos no currículo oficial de ensino em relação à efetivação da participação dos povos indígenas na História.

Os materiais didáticos atuais ainda acompanham algumas das ideias produzidas no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no século XIX, como a do intelectual Francisco Adolfo de Varnhagen, cuja obra tinha o objetivo de forjar uma identidade nacional, na qual o indígena teria pouca importância na formação do Brasil.

A produção historiográfica ao longo do século XIX possibilitou essa imagem de passado aos povos indígenas do Brasil. E, de alguma forma, eles sumiriam da história ou seriam incorporados à história nacional e civilizados ao longo dos processos republicanos. Para tanto, a produção historiográfica mediada por um movimento político promoveu um esquecimento sobre as populações indígenas contemporâneas, destinando a elas um lugar específico, como afirma Edson Silva¹⁷. Nesse sentido, boa parte dos livros didáticos deixa de lado a produção historiográfica recente sobre a temática indígena, que aponta o protagonismo indígena nos processos históricos¹⁸.

126 | A produção acadêmica sobre o protagonismo indígena na história obteve maior destaque na década de 1990. Segundo Gersem Baniwa¹⁹, já na década de 1970 surgem de forma efetiva os movimentos organizados pelos indígenas e indigenistas reivindicando seus direitos, acesso à terra, educação, saúde e principalmente um lugar de destaque junto aos outros povos que foram excluídos de todos os âmbitos sociais por um discurso político oficial.

Para tanto, somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que os assuntos relacionados ao reconhecimento dos povos indígenas enquanto indivíduos de direitos diferenciados toma uma dimensão de maior representatividade dentro dos parâmetros legais. E, ao longo desse novo momento político liberal republicano, foi se alimentando ainda mais a esperança dos povos nativos e a produção historiográfica para o reconhecimento deles como protagonistas na História.

Portanto, fazendo um pequeno estudo da participação indígena na História do Brasil nos livros didáticos, torna-se possível perceber as concepções

¹⁶ SANTOS, Maria Cristiane dos. Caminhos historiográficos na construção da história indígena. *História Unisinos*, Vol. 21, nº 3, 2017, p. 347.

¹⁷ SILVA, Edson. Bárbaros, bons selvagens, heróis: imagens de índios no Brasil. *CLIO – Série História do Nordeste*, Nº.15.1994, p. 63.

¹⁸ OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil: revisão historiográfica. In: *Anuário Antropológico*. (online) 1/2010, postado online no dia 07 de Outubro 2015, consultado no dia 08 de Fevereiro de 2018. Disponível em <<http://aa.revues.org/758;DOI:10.4000/aa.758>>. Acesso em: 04 set. 2018.

¹⁹ LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*, 1.ed. Brasília: Secad; LACED/Museu Nacional, 2006.

que colocam os indígenas numa ótica preconceituosa relacionando-os a um passado distante, não abarcando os seus movimentos políticos pela afirmação cultural e reconhecimento de suas terras coletivas na modernidade.

Afirma Silva: “não é à toa, portanto, que os livros didáticos, de uma forma geral, mantenham a invisibilidade das sociedades indígenas e de tantos outros grupos sociais até os dias atuais”²⁰. Os estudos atuais nas universidades e cursos de pós-graduação estão reconhecendo que é preciso reverter os problemas do ensino na educação básica sobre o protagonismo indígena que está relacionado, principalmente, ao modo como o livro didático expõe alguns conteúdos referentes à temática indígena, principalmente a partir da Lei 11.645/2008²¹.

Os indígenas na República brasileira

Em 1910, durante o governo de Nilo Peçanha, foi fundado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, com a função de prestar assistência à população indígena brasileira²².

| 127

Durante o período imperial, o desejo de incorporar os indígenas à sociedade que ia se formando no país foi de grande questão para os políticos. Imaginava-se que os povos indígenas, com o fim da escravidão, seriam os novos trabalhadores, e por fim, seria a vez de transformá-los em civilizados e súditos do rei, como predominou ao longo do período colonial. Durante todo o período de contato com os povos indígenas, seja na Colônia ou no Império, existiu a tentativa de compreender a melhor forma de anexação deles junto às comunidades de pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

No início da Primeira República não foi diferente, a ideia de anexá-los por meio de uma legislação constitucional perdurou até meados da década de 1930. Os vieses do período colonial e imperial apontavam que os povos indígenas estavam por se extinguir por não se encontrarem como em 1500.

No Ceará, no relatório provincial de 1863, “o presidente da província José B. C. Figueiredo Júnior afirma não existirem índios vivendo na província

²⁰ SILVA, Giovani José da; SILVA, Vitor Ferreira da. Ensino de História e Mitologias indígenas: *memórias e narrativas Kadiwéu (MS) e Wajãpi (AP)*. Revista Historiar, Sobral, Vol. 9. N°17, 2017, p. 16. Disponível em <<http://www.uvanet.br/historiar/index.php/1/index>> Acesso em: 04 set. 2018.

²¹ *Idem*.

²² GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. (Estudos brasileiros, v. 25), p.19.

cearense, nem como aldeados, nem muito menos como índios bravos²³. Houve uma tentativa de extinguir os indígenas por decretos ou leis constitucionais. Mas eles resistiram às investidas de invisibilização.

Estas questões, referentes à idealização da imagem do indígena no período colonial, foram e ainda hoje permanecem como um grande paradigma em relação a tais situações para o reconhecimento da história e cultura indígena na modernidade. Gagliardi afirma que “no século XIX, o trabalho de integração do indígena na sociedade dominante esteve sob a responsabilidade da Igreja Católica”²⁴. Já durante a República é que se tem a ideia de transferir os povos indígenas para a tutela do Estado, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910.

Mas o diferencial dessa política foi a nova compreensão de que os povos indígenas não mereciam ser catequizados. Como de costume, a Igreja acreditava, mas devia-se segundo a nova legislação indigenista, reconhecer as diversidades culturais e proteção contra ataques reacionários do homem branco, grandes fazendeiros ou posseiros na região da Amazônia, Pará, São Paulo, Ceará e Minas Gérias, por exemplo. Eram regiões que estavam em crescente desenvolvimento econômico.

128 | Tinha-se a convicção de que os povos indígenas não tinham a capacidade de reivindicar por meio de uma organização de grupos pela luta ao acesso às suas terras tradicionais. Segundo Giovane José da Silva e Anna Maria Ribeiro F.M da Costa:

Vinculados aos preceitos do SPI, havia um ‘projeto civilizatório’ que previa para os povos indígenas um enquadramento evolucionista encontrado nos vieses do positivismo. Isso quer dizer que em relação à dimensão espacial das terras demarcadas, estas deveriam estar de acordo com o grau de contato dos índios com a sociedade não indígena, isto é, seriam demarcadas áreas maiores ou menores para o desenvolvimento da produção agrícola²⁵.

A incorporação dos povos indígenas à sociedade republicana foi pensada por meio de uma nova perspectiva. A concepção era de que os povos indígenas seriam nacionalizados por meio do trabalho e vivência em meio ao desenvolvimento do capital republicano. Essa ação não reconhecia as diferenças socioculturais dos povos indígenas.

²³ ANTUNES, Ticiane de Oliveira. 1863: o ano em que um decreto que nunca existiu extinguiu uma população indígena que nunca deixou de existir. *AEDOS*, vol. 4, n. 10, p. 8-27, Jan. / jul. 2012, p. 12.

²⁴ *Ibid.*, p. 20.

²⁵ SILVA, Giovanni José da Silva; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Práticas Docentes) p.105-106.

A constituição rompeu, portanto, com a tradição secular de integrá-los à sociedade brasileira, quando passou a reconhecer o direito dos indígenas de continuarem a ser índios. Os direitos coletivos, que englobam os aspectos territoriais, culturais e sociais, acham-se vinculados a uma série de ajustes para que possam se fazer presentes o cotidiano²⁶.

Por fim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm-se expressivas vitórias em reconhecer a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil. Entretanto, são muitos problemas que ainda estamos por resolver. De um lado tem o reconhecimento dos povos indígenas, e de outro, existem frequentes confrontos destes com posseiros e grandes fazendeiros.

Ainda estamos por construir as bases sociais necessárias para a aceitação dos povos indígenas em seus costumes, crenças e tradições milenares que se auto afirmam como indígenas no século XXI. Foi um processo de luta e resistência de povos indígenas e indigenistas para uma nova concepção de políticas públicas voltadas para estes fins.

Com atividades de pesquisas e análises dos contextos sociais dos indígenas na atualidade é possível reconhecer que eles estão em nosso cotidiano em diferentes cidades do Brasil. E mais, eles estão utilizando os mais diferentes meios possíveis da política do homem branco para reivindicações e melhorias para suas famílias por meio de assistências do Estado.

|129

Portanto, propondo atividades de análises sobre os dados do IBGE é possível observar as diversidades de etnias existentes no país e línguas faladas pelas comunidades indígenas. Desta forma, é possível se desenvolver uma educação inclusiva e problematizadora sobre a situação dos indígenas no Brasil contemporâneo, e não somente lembrar do dia 19 de abril como um dia apenas para se pensar o indígena por meio de estereótipos com cocares e pinturas simplistas com tinta guache nos corpos dos alunos.

Qual a imagem dos povos indígenas em instituições de ensino básico?

Para a elaboração destas considerações, nos pontuamos a partir das respostas elaboradas por alunos e professores da área da disciplina de História, em conformidade com os objetivos do texto que segue com o objetivo de compreender um pouco sobre como os alunos estão apresentando os indígenas na História.

As respostas nos encaminharam para os objetivos exploratórios referentes ao ensino da temática indígena, segundo a efetivação da Lei 11.645 de

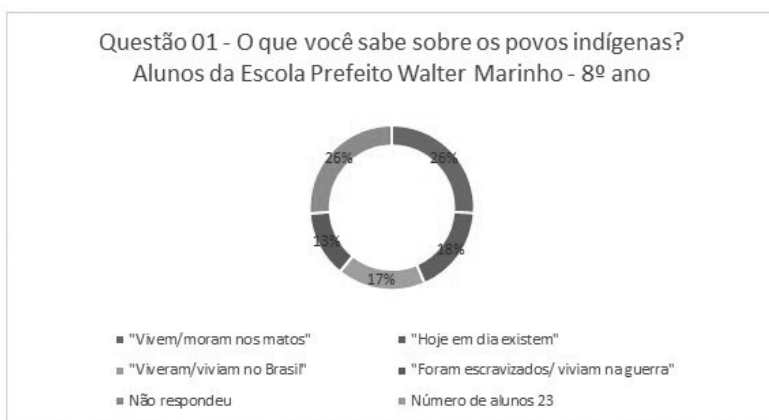
²⁶ *Id. Ibid.*, p. 109.

2008. Por hora, aplicamos um questionário com dez questões relativas ao assunto pesquisado, mas em conformidade com as questões tratadas ao texto, apresentamos resultados sobre a questão que traduz todas as demais: O que você sabe sobre os povos indígenas?

Aplicamos metodologicamente para 50% dos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental II da Escola Prefeito Walter Marinho. Devido a instituição contar com apenas duas turmas de 8º ano. Segundo informações colhidas com funcionários da Secretaria de Educação de Hidrolândia, no ano de 2015, houve uma mudança no sistema de organização de ensino de Hidrolândia para as escolas da sede. A Escola de Ensino Fundamental Olcino Pereira de Souza passou a receber somente alunos dos últimos anos do ensino fundamental II. Nesse sentido, recebia somente alunos de 8º e 9º, enquanto as demais escolas do município seriam responsáveis por receber os alunos das demais séries iniciais do ensino fundamental.

Por fim, aliando aos objetivos analíticos, procuramos um padrão entre as repostas dos alunos da turma de 8º ano do turno da manhã que foram expostos no questionário. Para a pesquisa de campo participaram 23 alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental II.

130 | Portanto, a escola no momento não conta com projetos pedagógicos voltados para o ensino de história e cultura indígena. Indagados, professores e gestores responderam: “Não, mas estamos trabalhando para construir um na mesma”²⁷. Nota-se que existe um esforço para o ensino da temática indígena, mas ainda não se tem uma aplicação efetiva das questões voltadas para a efetivação da Lei 11.645 de 10 de março de 2008.



²⁷ Resposta de um professor da disciplina de história a um questionário de pesquisa realizada por **Paulo Ênio de Sousa Melo**, tendo como objetivo principal; analisar como se desenvolve o ensino da temática indígena efetivado pela **Lei Nº. 11.645 de 10 de março de 2008** no componente curricular História em Hidrolândia-CE, no Ensino Fundamental II 8º e 9º anos nas escolas públicas do Município.

Para tanto, nem mesmo o Estado ou Secretaria de Educação dão um suporte para essas questões voltadas ao ensino de história e cultura indígena. Pois, nesse sentido, a escola não tem recebido apoio ou qualquer treinamento do Estado para as questões relativas aos indígenas como protagonistas na História. As respostas dos alunos sobre uma questão feita a eles sobre os povos indígenas estão representadas no gráfico acima. O gráfico traz questões significativas sobre a ideia que se cristalizou sobre os povos indígenas ao longo da história do Brasil. E, entre estes, somando o número dos dados sobre “vivem/moram nos matos” e “viveram/viviam no Brasil”, somam 43% dos alunos que cunharam em suas respostas termos com ambivalências em relação aos que se imagina do indígena na modernidade.

Ainda mesmo que se tenham alunos que compreendam que os índios existem, não demonstraram como eles se apresentam nas políticas modernas, lutando por participação e utilização das novas questões socioculturais. E ainda dentro destas questões, imagina-se que eles sempre praticavam a guerra como se fossem sanguinários, sem compreender as relações interétnicas e manutenção de comunicações entre os grupos étnicos, segundo Maria Regina Celestino de Almeida²⁸.

Reiteramos que, para a construção das questões dadas entre aspas, foi o resultado analítico das repostas dos alunos que sempre convergiam para uma uniformização na organização de suas frases respostas. Ainda, conforme Giovanni José da Silva e Anna Maria Ribeiro F.M. da Costa:

|131

A caracterização das representações indígenas, calcada em imagens e adjetivos pejorativos, perpassou o período colonial, adentrou o monárquico e prevaleceu no republicano. Contextualizados historicamente por mais de cinco séculos, ainda hoje, os estereótipos e as estilizações do indígena colocam-no em um lugar desmerecido e menor na formação do povo brasileiro²⁹.

Desta forma, os livros didáticos de hoje ainda têm reforçado questões sobre imagens idílicas dos povos indígenas. Pela forma que os livros didáticos expõem, nos fazem compreender que os povos indígenas são aqueles que vivem em grandes florestas ou habitavam no Brasil. São poucas as vezes que apresentam os povos indígenas em profissões atuais, atuando e diversos meios modernos, como na política, nas escolas como professores, profissionais liberais e assalariados. Por isso que encontramos diversas concepções

²⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²⁹ SILVA, Giovanni José da Silva; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 19 (Coleção Práticas Docentes).

sobre os povos indígenas de que somente são aqueles que habitam em florestas ou habitavam no Brasil em 1500.

Nesse sentido, temos umas das questões referentes aos problemas de ensino de história e cultura indígena na educação básica. De um lado, o Estado ainda não desenvolveu mecanismos eficientes de treinamento para o ensino de história e cultura indígena, muitas vezes, os cursos de graduação não trabalham para estas perspectivas. E de outro, o trabalho do professor e da escola de educação básica, por meio de projetos, ainda têm falhado nessas questões voltadas ao ensino de história indígena. Não sabemos ao certo de onde vêm as principais responsabilidades. Mas reiteramos que é preciso que todas as instâncias educacionais estejam envolvidas para uma educação descolonizadora da imagem do indígena, para que não sejam sempre vistos como habitantes distantes da modernidade.

Considerações finais

132 | Mesmo diante de tantas pesquisas existentes no século XXI sobre os povos indígenas, na História do Brasil ainda persistem questões referentes aos povos indígenas com representações simplistas e imagens estereotipadas. Ainda estamos por construir um ensino que transmita questões atualizadas referentes aos povos indígenas como protagonistas ao longo de todos os processos vivenciados na História de contato com os não indígenas. Ainda, como nos ensinou Giovani José da Silva, professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em seus estudos sobre o ensino de história e cultura para educação básica, é possível transmitir um ensino para a descolonização da imagem do indígena do passado. Entretanto, para que esse ensino compreenda os povos indígenas com perspectivas de futuro, é preciso que na Educação Básica se busque meios para que se visualizem as diferenças socioculturais existentes no Brasil e suas novas posições sociais que se construíram ao longo do tempo. E, desta forma, é preciso que a sociedade brasileira tenha compromisso com as políticas públicas de inclusão social e, por conseguinte, desenvolva mais projetos pedagógicos que versem sobre o reconhecimento dos povos indígenas na história do Brasil, como proposto pela Lei 11.645 de 10 de março de 2008.

Autores desta obra

Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samarooni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos

Nossa Gente, Nossa História é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355